

Fábio Lucas de Albuquerque Lima

ELEMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Conforme a Lei Federal nº 8.112,
de 11 de dezembro de 1990, com as alterações
da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
e da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Com as alterações trazidas pela
Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021,
à Lei de Improbidade Administrativa

2ª edição revista, ampliada e atualizada

Prefácio

José de Castro Meira

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins do livro

DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO DO TRABALHO.

Palavras-chave

REGIME DISCIPLINAR. SERVIDOR PÚBLICO.
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 3393

Fábio Lucas de Albuquerque Lima

Elementos de Direito Administrativo Disciplinar

Conforme a Lei Federal nº 8.112,
de 11 de dezembro de 1990, com as alterações
da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011,
e da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Com as alterações trazidas pela
Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021,
à Lei de Improbidade Administrativa

Prefácio

José de Castro Meira

2ª edição revista, ampliada e atualizada

FORUM

Elementos de Direito Administrativo Disciplinar traça para o estudioso do direito administrativo, de forma harmônica e sistemática, o perfil do regime administrativo disciplinar a que se encontram submetidos todos os servidores públicos civis federais, cuidando desde a principiologia e história do direito disciplinar até a moderna jurisprudência exarada sobre o tema, além de esgotar a matéria do ponto de vista doutrinário, sem descuidar da farta citação de pareceres da Advocacia-Geral da União aplicáveis a esse ramo do direito.

Incorpora as alterações trazidas pela Lei nº 12.813, de 2013, que trata do conflito de interesses, bem como a nova sistemática introduzida pela Lei nº 14.230, de 2021, à Lei de Improbidade Administrativa.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L732e Lima, Fábio Lucas de Albuquerque
 Elementos de direito administrativo disciplinar -- 2. ed. rev. ampl. e atual. -- /
 Fábio Lucas de Albuquerque Lima. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
 262 p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-65-5518-748-9
ISBN digital 978-65-5518-741-0

1. Regime disciplinar. 2. Servidor público. 3. Administração Pública. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Fábio Lucas de Albuquerque. *Elementos de direito administrativo disciplinar*. 2. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 262 p. ISBN 978-65-5518-748-9.

Fábio Lucas de Albuquerque Lima

Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas/RJ. Membro Fundador do Instituto de Direito Administrativo de Sergipe – I.D.A.S. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (1996). Procurador Federal, tendo ocupado os seguintes cargos: Procurador-Chefe Nacional da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc nos períodos de 2014 a 2017 e de 2020 a 2023. Consultor Jurídico Adjunto do Ministério de Previdência Social (2013-2014). Procurador-Geral do DNIT (2012). Coordenador-Geral de Representação Judicial da Procuradoria da Previc (2017-2018). Coordenador-Geral de Consultoria Jurídica da Procuradoria da Previc (2018-2020). Procurador-Chefe do INSS em Sergipe (1998-2000). Procurador-Chefe do INSS em Novo Hamburgo (2005-2006). Procurador-Chefe da Dívida Ativa do INSS em Sergipe. Procurador-Chefe da Consultoria do INSS em Sergipe. Procurador-Chefe do Contencioso do INSS em Sergipe. Coordenador-Geral de Direito Administrativo do Ministério da Previdência e Assistência Social (2000-2001). Coordenador-Geral de Processo Administrativo Disciplinar da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Previdência Social (2013-2014). Atualmente, encontra-se lotado na Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral Federal na matéria de Direito e Processo Administrativo Disciplinar.

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
José de Castro Meira	13
APRESENTAÇÃO	
Fábio Lucas de Albuquerque Lima	15
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	17
1.1 Generalidades.....	17
1.2 Introdução ao <i>regime disciplinar</i>	19
1.3 Radiografia da norma disciplinar	21
1.4 Elementos conceituais do direito disciplinar.....	24
1.5 Referências bibliográficas	27
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	29
2.1 Generalidades.....	29
2.2 Princípios gerais de direito.....	29
2.3 Princípios gerais de direito público	30
2.4 Princípios de direito administrativo disciplinar	32
2.4.1 Princípio da legalidade	33
2.4.2 Moralidade administrativa.....	35
2.4.3 Princípio da hierarquia	35
2.4.4 Princípio da disciplina	37
2.4.5 Princípio da prevenção	38
2.4.6 Princípio da autotutela.....	39
2.4.7 Princípio da imediatidade	40
2.4.8 Princípio da indisponibilidade	41
2.4.9 Princípio da proporcionalidade.....	41
2.4.10 Princípio da impessoalidade.....	43
2.4.11 Princípio da motivação	44
2.4.12 Princípio da publicidade	46
2.4.13 Princípio da eficiência	47
2.4.14 Princípio da finalidade.....	48
2.4.15 Segurança jurídica	49
CAPÍTULO 3	
REGIME DISCIPLINAR.....	51
3.1 Generalidades.....	51
3.2 Regime disciplinar	53
3.3 Deveres.....	54
3.3.1 Zelo no exercício da função.....	55
3.3.2 Ser leal às instituições a servir	57
3.3.3 Observar as normas legais e regulamentares	58
3.3.4 Cumprir ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.....	59
3.3.5 Atender com presteza ao público na expedição de certidões e atender às requisições da Fazenda Pública.....	60
3.3.6 Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo	60
3.3.7 Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público	61
3.3.8 Dever de sigilo.....	62
3.3.9 Conduta compatível com a moralidade administrativa	64
3.3.10 Assiduidade e pontualidade	65

3.3.11	Dever de urbanidade.....	65
3.3.12	Dever de representar contra ilegalidade	66
3.4	Proibições.....	67
3.4.1	Proibições de gravidade leve	67
3.4.2	Proibições de gravidade média	69
3.5	Proibições que acarretam pena de demissão.....	72
3.5.1	Noções introdutórias.....	72
3.5.2	Valimento do cargo.....	74
3.5.3	Participação em gerência ou administração de empresas.....	77
3.5.4	Advocacia administrativa.....	78
3.5.5	Recebimento de propina, comissão, presente ou vantagem	79
3.5.6	Aceitação de comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro	81
3.5.7	Prática da usura	82
3.5.8	Proceder de forma desidiosa.....	82
3.5.9	Utilização de pessoal ou bens da União para fins particulares ..	84
3.6	Elenco taxativo das infrações que implicam demissão	85
3.6.1	Crime contra a Administração Pública.....	87
3.6.2	Abandono de cargo	98
3.6.3	Inassiduidade habitual.....	101
3.6.4	Improbidade administrativa	103
3.6.5	Incontinência pública e conduta escandalosa na repartição	104
3.6.6	Ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem	105
3.6.7	Insubordinação grave em serviço.....	105
3.6.8	Aplicação irregular de dinheiros públicos.....	106
3.6.9	Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo	107
3.6.10	Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional	109
3.6.11	Corrupção	110
3.6.12	Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas....	112
3.7	Demissão por incidir em conflito de interesses.....	114

CAPÍTULO 4

RESPONSABILIDADES.....	117	
4.1	Generalidades.....	117
4.2	Responsabilidade administrativa.....	118
4.3	Responsabilidade civil	121
4.4	Responsabilidade criminal	123
4.5	Mecanismos para o ressarcimento do dano ao erário	125

CAPÍTULO 5

ILÍCITO ADMINISTRATIVO DE IMPROBIDADE	129	
5.1	Generalidades.....	129
5.2	Conceito de improbidade	132
5.3	Hipóteses de enquadramento da conduta ímproba	133
5.3.1	Enriquecimento ilícito	133
5.3.2	Lesão ao erário	135
5.3.3	Ofensa aos princípios	138
5.4	Interpretação e aplicação das normas da Lei de Improbidade ...	140
5.5	Responsabilidade administrativa por improbidade.....	142
5.6	Sanções decorrentes da prática de ato de improbidade.....	144
5.7	Considerações finais.....	146

CAPÍTULO 6

PENALIDADES.....	149	
6.1	Generalidades.....	149
6.2	Penalidades administrativo-disciplinares.....	150
6.2.1	Penalidade de advertência.....	151
6.2.2	Penalidade de suspensão	153
6.2.3	Penalidade de demissão.....	155
6.2.4	Penalidade de cassação de aposentadoria ou disponibilidade...	159

6.2.5	Penalidade de destituição de cargo em comissão	161
6.3	Esclarecimentos finais	165
CAPÍTULO 7		
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE		167
7.1	Generalidades.....	167
7.2	Hipóteses de extinção da punibilidade	167
7.3	Prescrição disciplinar	168
7.4	Prescrição nas infrações descritas como crime.....	178
7.5	Anistia	180
7.6	Lei nova que torna o fato lícito	180
7.7	Morte do servidor	181
CAPÍTULO 8		
REABILITAÇÃO		183
8.1	Generalidades.....	183
8.2	Conceito de reabilitação.....	183
8.3	Reabilitação no direito disciplinar	185
8.4	Registro da penalidade prescrita nos assentamentos funcionais do servidor.....	186
CAPÍTULO 9		
CONSIDERAÇÕES FINAIS		189
9.1	Generalidades.....	189
9.2	Disciplina e hierarquia.....	190
9.3	Preceito e sanção	190
9.4	Princípios de regência	190
9.5	Regime disciplinar na Lei nº 8.112/90	191
9.6	Responsabilidade administrativa.....	192
9.7	Prescrição do ilícito administrativo disciplinar.....	193
9.8	Conclusões finais	193
REFERÊNCIAS.....		195
ANEXOS		
Anexo A: Jurisprudência dos Tribunais Superiores		201
Anexo B: Pareceres da Advocacia-Geral da União.....		207